



Entrevista

Paulo Hartung
“Estou determinado a varrer do estado a corrupção” 4 e 5

Notícias do CREA

CREA-ES comemora Dia do Engenheiro e do Arquiteto 7
Cidadania pelas Águas na Feira do Verde 8
Fiscalização do CREA-ES é destaque em encontro 9
Vitória sedia Seminário de Mineração 10
Anchieta, samba e carnaval 11



Entidades

..... 12

Acessibilidade Universal

Combate aos obstáculos 13

Matéria de Capa

Eleições: momento de esperança 14 a 17



Matéria Especial

Abaixo da linha do mínimo 18 e 19

Pesquisa e Conhecimento

Arte e técnica em miniatura 20 e 21



Boa Idéia

Municípios preparam ajustes nos PDUs 22

Seção Técnica

As sinuosidades do direito autoral 23
Revestimentos Cerâmicos 24




05 DE NOVEMBRO

DIA DO TÉCNICO AGRÍCOLA

Profissional de muita importância do Agronegócio Brasileiro, sensível por compreender o anseio de mudança da sociedade, dinâmico por trabalhar nas condições mais adversas, otimista incorrigível por acreditar sempre nas potencialidades que trarão resultados concretos para a sociedade brasileira, defensor intransigente da Preservação ambiental.

Características que o credenciam como um dos empreendedores a serviço da Nação Brasileira



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura de Espírito Santo



SINTAES
Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Espírito Santo

Paulo Hartung, governador eleito do Espírito Santo

“Estou determinado a varrer do estado a corrupção”

O governador eleito Paulo Hartung Gomes (PSB) falou para a Revista Tópicos sobre seus projetos e expectativas para os próximos quatro anos.

ADRIANA MACHADO

Que avaliação o senhor faz do resultado das eleições no Estado, principalmente a mudança que houve na Assembléia Legislativa?

Entendo que o povo percebeu e assimilou o debate político que levamos às ruas. Os capixabas entenderam que a mudança tinha que ocorrer tanto no Executivo quanto no Legislativo, e fizeram sua parte. Os resultados das urnas refletem muito bem isso. Agora, nós, que fomos eleitos para mudar o Espírito Santo, vamos ter que fazer a nossa parte. Eu vou fazer a minha e é importante que os deputados eleitos façam a deles. A população vai estar atenta e não perdoará erros em relação ao interesse público.

Que posição deverá ser adotada pelo senhor com a eleição de Lula para a Presidência da República?

Historicamente minha relação com o PT sempre foi muito boa. Tenho boas relações com as principais lideranças regionais e nacionais do PT. Além disso, não acredito que o novo presidente venha a trabalhar contra o desenvolvimento dos Estados. Espero poder contar com o apoio do Governo Federal e também dos parlamentares do PT para desmantelar a corrupção, enfrentar o crime organizado e poder recolocar o Espírito Santo no rumo certo. O fato é que não espero favores do presidente da República para o nosso Estado. Espero apenas que ele reconheça o que o Espírito Santo faz pelo Brasil e nos dê a contrapartida que merecemos. É preciso que o Governo Federal entenda que a Aracruz Celulose, por exemplo, ajuda muito mais ao Brasil do que ao Espírito Santo. O que quero é que nosso Estado seja respeitado pelo que ele é. Nem mais nem menos.

Recentemente o senhor afirmou que o segundo turno das eleições no ES será a disputa pela presidência da Assembléia Legislativa e que o seu objetivo é

derrotar o grupo político comandado pelo deputado José Carlos Gratz (PFL). Quais os resultados das conversas mantidas até o momento com os deputados eleitos neste sentido?

O povo capixaba derrotou o atual esquema de poder que controla o Legislativo Estadual. Uma Assembléia Legislativa comprometida com o interesse público é importante para recolocarmos o Espírito Santo no rumo certo. Vou cumprir os compromissos que assumi com os capixabas e espero que os deputados eleitos também honrem os seus mandatos. O povo vai estar acompanhando tudo atentamente.

Qual avaliação feita pela sua equipe de transição em relação ao orçamento do Estado para 2003 e quais medidas estão sendo estudadas visando reduzir gastos?

A comissão de transição está levantando a situação do Estado e vai propor, no Seminário de Planejamento Estratégico que vamos realizar no início de dezembro, medidas e ações para os primeiros seis meses de Governo, sobretudo no que diz respeito à reorganização da máquina pública e das finanças estaduais. Quero deixar claro que o que precisar ser feito será feito. O governo vai operar no limite do interesse público. Foi para isso que fui eleito. Estou determinado a varrer do Estado a corrupção, a enfrentar o crime organizado, reorganizar a máquina pública e equilibrar as finanças estaduais, fazendo com que o Estado volte a ser um provedor de serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança pública, e seja capaz de garantir o desenvolvimento econômico do Espírito Santo. Com relação ao Orçamento para o próximo ano, a equipe de transição está fazendo um estudo técnico para saber se há necessidade de modificá-lo,

através de emendas parlamentares. Como peça técnica, está bem elaborado. Há, no entanto, algumas premissas que podem ser questionadas. Mantido o atual patamar de gastos, a receita disponível estimada não será suficiente para cobrir as despesas. Nosso objetivo é chegar ao fim do ano com uma proposta de saneamento econômico financeiro capaz de estabelecer um prazo determinado para recuperar a capacidade de investimento do Estado.

Quando o seu secretariado será anunciado? Quais nomes estão confirmados?

Estamos trabalhando hoje na elaboração de um diagnóstico do Estado. A comissão de transição, liderada pelo economista José Teófilo de Oliveira, está fazendo um balanço da situação administrativa e financeira. Esses dados serão sistematizados e avaliados em um Seminário de Planejamento Estratégico, que realizaremos na primeira quinzena do mês de dezembro. Nesse encontro pretendo estar com o núcleo do secretariado definido. Quero ressaltar que nossa equipe será integrada por pessoas com boa formação técnica, sensibilidade social e habilidade política. Vão estar representadas todas as forças que participaram da luta eleitoral. Evidentemente não aceitarei indicações de pessoas despreparadas, porque o serviço público não é lugar de encosto para amigos e apadrinhados. O setor público pertence ao povo e precisa funcionar de maneira eficiente.

Quais entre os projetos que precisarão da aprovação da AL são os mais importantes?

A equipe de transição está analisando a legislação em vigor, de forma a identificar os casos em que houve concessão indevida de benefícios, aprovação de leis que conflitam com a Constituição



SÉRGIO CARDOSO

raram. O senhor poderia falar um pouco sobre isso?

Minha convicção é de que com o estabelecimento de um ambiente ético e transparente haverá uma redescoberta do Espírito Santo como destino de investimentos privados produtivos. Esse é um dos motivos pelos quais estamos nos dedicando a uma revisão apurada dos casuísmos na área tributária. A "politização" da política fiscal é prejudicial à atração de novos investimentos com o agravante de desequilibrar as finanças públicas. É inaceitável que os empresários tenham que pagar pedágio para poderem realizar suas atividades em nosso Estado. Vamos mudar essa realidade, dando transparência e estabilidade às regras.

O senhor apresentou em seu programa de governo propostas relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, inclusive com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Agora que o senhor está eleito, como se dará a implementação efetiva dessas propostas?

A principal questão na agenda do Brasil, neste século, será a intensificação do uso da Ciência e da Inovação Tecnológica no sistema produtivo e sua democratização para o conjunto da sociedade. A produção de conhecimento e sua transformação em métodos e processos inovadores são os principais determinantes do aumento da produtividade e competitividade econômica. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia será a porta de interlocução com a iniciativa privada. A ela estarão subordinadas questões como os incentivos fiscais. É também ela quem fará a interlocução com segmentos como indústria, comércio e serviços, entre outros.

Nesta mesma linha, o que setor agrícola pode esperar em relação a medidas que serão adotadas para essa área?

A agricultura é responsável pela ocupação de quase 30% da mão-de-obra no Espírito Santo. Um índice que supera a maior parte dos estados brasileiros, e que nos dá uma clara noção da dimensão econômica e social da atividade. Nossa proposta é reestruturar a Secretaria de Agricultura para que o setor volte a ter prestígio no Estado e possa ser ainda mais importante no processo de geração de emprego e renda. As principais metas são a recuperação e conservação ambiental; o fortalecimento da agricultura familiar, com estímulo à efetiva organização e a promoção da capacitação gerencial e tecnológica dos produtores e de suas famílias; e a melhoria da produ-

tividade e da qualidade de nossos produtos. Nessa linha, precisamos, entre outros, apoiar e estimular nossas cadeias produtivas, como o café de qualidade, a fruticultura, o reflorestamento, a avicultura, a suinocultura e a produção de hortaliças.

Com um parlamento tão diversificado, como garantir a composição de uma base de apoio para aprovação dos projetos que serão apresentados por sua administração?

A diversidade do parlamento reflete a diversidade da sociedade capixaba no momento. E isso não atrapalha. Muito pelo contrário, ajuda à composição da base de apoio do futuro Governo. Estou conversando com todos os parlamentares, no sentido de apresentar o projeto que tenho para o Espírito Santo e pedir a adesão de cada um deles. A eleição acabou e o povo capixaba escolheu seus deputados. Compete, então, ao novo Governo não discriminar aqueles que estiveram em outros palanques. E é isso que estou fazendo. Tenho aceitado discutir todas as questões afetas ao interesse do nosso povo. O limite das conversas políticas é o interesse público.

Hoje, efetivamente, o senhor conta com o apoio de quantos parlamentares?

Estamos trabalhando para ter maioria sólida na Assembléia Legislativa. Ou seja, uma maioria leal ao nosso projeto para governar o Estado por quatro anos.

Sete deputados já se declararam candidatos à Presidência do Legislativo. Qual o nome de sua preferência?

Não tenho preferência por nomes. Acho que o nome deve nascer nas conversas dos próprios deputados. O importante é um projeto que mude a Assembléia Legislativa, que a coloque a serviço da sociedade e lhe devolva o prestígio que já teve no passado, a exemplo de quando fui deputado estadual. Esse projeto deve contemplar condições adequadas para o exercício do mandato parlamentar e deve também significar o combate à ganância do poder, incompatível com a situação das finanças públicas estaduais. Nossa equipe de transição, tem estudado as contas do Legislativo estadual e concluiu que é extremamente fácil reduzir despesas naquela poder sem comprometer em nada seu funcionamento e melhorando as condições de trabalho dos parlamentares. Fui eleito com o compromisso de mudar a política do Espírito Santo e, por isso, não posso me omitir no debate sobre o novo comando da Assembléia. Assim, apoiarei com entusiasmo um projeto que contemple as ações que estou aqui descrevendo.

Federal, bem como a introdução de dispositivos lesivos aos interesses públicos. Só após esta análise será possível falar em medidas concretas e, se for o caso, em projetos que serão encaminhados à Assembléia Legislativa na próxima legislatura e também em ações no Supremo Tribunal Federal (STF). Nossa preocupação mais imediata está concentrada nas alterações da legislação tributária que abriram espaço para a concessão regimes especiais de tributação no apagar das luzes do atual governo e pra o pagamento de débitos com o executivo através da utilização de precatórios.

Em relação ao combate ao crime organizado no Espírito Santo? Qual será a postura a ser adotada pelo seu governo visando restabelecer a ordem pública e o Estado Democrático de Direito?

Enfrentaremos o envolvimento de autoridades em ações criminosas com muita persistência. E, para isso, vamos buscar o apoio não só do Governo Federal como também dos segmentos organizados da sociedade e de instituições como a OAB e as Igrejas. Nosso Governo enfrentará esse problema com determinação e não dará trégua a ninguém. Aquele que não quiser ser alvo de investigação que ande na linha. Vamos ainda ser parceiros do Governo Federal no combate ao narcotráfico.

O senhor afirmou recentemente que vários empresários interessados em investir no Estado já o procur-

REVISTA DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

Endereço: Av. Cesar Helal, 700, 1º andar,
Bento Ferreira, Vitória-ES - cep
29052.232 - tel. (027)3334-9900
Fax (027) 3324-3644
E.mail. creaes@creaes.org.br
www.creaes.org.br

CREA-ES

DIRETORIA

PRESIDENTE:

Engº Eletricista Silvio Roberto Ramos

VICE-PRESIDENTE:

Arquiteto Eduardo Simões Barbosa

1º TESOUREIRO:

Engº Civil João Carlos Meneses

2º TESOUREIRO:

Tecnólogo em Mecânica Miguel Antônio

Madeira Araújo

1º SECRETÁRIO:

Engº Eletricista Olavo Botelho Almeida

2º SECRETÁRIO:

Engº Agrônomo Rosembergue Bragança

CÂMARAS

ENGENHARIA

CIVIL

Engº Civil João Carlos Meneses

ENGENHARIA

AGRONÔMICA

Engº Agrônomo Jorge Luiz e Silva

ARQUITETURA

Arquiteto Alexandre Cypreste Amorim

ENGENHARIA

INDUSTRIAL

Engª Geóloga Leila Issa Vilaça

ENGENHARIA

ELÉTRICA

Engº Eletricista Antonio Carlos

Camara de Bakker

COMISSÃO DE ÉTICA

Engº Civil Paulo Roberto Santos

INSPETORIAS

Cachoeiro de Itapemirim (027) 3522-2373

Colatina (027) 3721-0657

Linhares (027) 3264-1781

POSTOS DE ATENDIMENTO

Vila Velha (027) 3239-3119

Campo Grande (027) 3343-7423

São Mateus (027) 3763-5929

REVISTA DO CREA CONSELHO EDITORIAL

Silvio Roberto Ramos

Ronaldo Oakes

Alcione Vazzoler

Fábio Pimentel

Alexandre Cypreste Amorim

Álvaro Garcia

José Antônio do Amaral Filho

Paulo Roberto Santos

Ruth Reis

GERENTE DE COMUNICAÇÃO IMAGEM E RELACIONAMENTOS

Jornalista Ronaldo Oakes de Oliveira

CONSULTORA DE COMUNICAÇÃO IMAGEM E RELACIONAMENTOS

Jornalista Alcione Vazzoler

REPORTAGEM:

Alcione Vazzoler, Adriana Machado,

Alessandra Fornazier, Izabella Salazar,

Moniky Koscky, Paula Stange, Fernando

Abreu, Flávio Gonçalves, Gabriel Menotti,

Geovana Florinda, Karla Nunes

EDITORAÇÃO

CREA-ES

FOTOLITOS

Traçolito

GRÁFICA

Grafitusa

TIRAGEM

15 mil exemplares

editorial

O processo eleitoral de 2002, que culminou com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, foi um marco divisor de águas da maturidade eleitoral do povo brasileiro.

O eleitor se preparou, buscou informações e não se deixou levar por falsas crises. Aparentemente o governo preferiu adotar uma postura de mediador no processo ao invés de investir a máquina administrativa na campanha de seu candidato, o que permitiu um relativo equilíbrio na correlação de forças. O resultado foi uma eleição tranquila e dominada pelo desejo de mudanças, como pode ser atestado com as renovações das Assembleias Legislativas e a eleição do primeiro governo de esquerda no Brasil.

É claro que nem tudo são flores: velhas "raposas" e coronéis da política brasileira retomaram mandatos, a compra de votos foi uma

constante e a desobediência das leis eleitorais foram flagrantes, mas nada disso compromete o resultado.

No Espírito Santo esse desejo de mudança foi ainda mais forte, elegendo Lula com mais de 50% dos votos válidos. Para o mundo político e empresarial de nosso Estado novos tempos virão e isso poderá se traduzir em desenvolvimento científico e tecnológico, além da retomada dos grandes projetos em diversos setores de nossa economia (habitação, saneamento, transportes, indústria metalúrgica e exploração de petróleo e gás). A renovação na Assembléia Legislativa foi de mais de 60%, e figuras ligadas a velhos esquemas políticos foram varridas da cena eleitoral e outras perderam o seu poder de influência, apesar de eleitas.

Se essas mudanças vão dar certo ou não só o tempo dirá, mas de uma coisa todos podem se orgulhar: A vontade do povo prevaleceu, fortalecendo a democracia.

12 DE OUTUBRO DIA DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Profissional responsável pelo desenvolvimento rural sustentável, sempre atuando nas causas ligadas à agricultura e ao meio ambiente, dando assim uma contribuição efetiva ao desenvolvimento econômico e social do País.

Seus esforços no aumento da produtividade, na melhoria da qualidade dos produtos, na recuperação e conservação dos recursos naturais e na elevação e distribuição da renda entre produtores e trabalhadores rurais, engrandecem a sociedade brasileira por melhorar sua qualidade de vida e posicionando o País entre os principais líderes da produção agropecuária mundial.

Parabéns, Engenheiro Agrônomo!



CREA-ES comemora Dia do Engenheiro e do Arquiteto

O CREA-ES está preparando uma comemoração especial para o Dia do Engenheiro e do Arquiteto que não se limitará ao 11 de Dezembro, dia oficial da festividade. Serão duas semanas inteiras com cursos, seminários, palestras e diversas outras atividades.

Entre os eventos a serem realizados encontra-se a posse do Presidente reeleito do CREA-ES, Eng^o Eletricista Silvío Ramos, e dos novos Inspectores de Cachoeiro, Colatina e Linhares, que ocorrerá no dia 13 de dezembro. Antes, no dia 5 de dezembro tomará posse a nova diretoria do SENGE/ES, no Centro Sindical dos Bancários

As comemorações se encerrarão dia 14 (sábado), com um baile no Clube Álvares Cabral, com show da Vitória Café Orquestra.

Segunda-feira 02/12	Terça-feira 03/12	Quarta-feira 04/12	Quinta-feira 05/12
<p>9h – Curso “Utilização de Lodo de Estação de Esgoto na Agricultura”</p> <p>14h – Curso “Utilização de Lodo de Estação de Esgoto na Agricultura”</p> <p>Organização: ABES</p> <p>Local: Auditório do CREA</p>	<p>9h – Curso “Utilização de Lodo de Estação de Esgoto na Agricultura”</p> <p>14h – Curso “Utilização de Lodo de Estação de Esgoto na Agricultura”</p> <p>Organização: ABES</p> <p>Local: Auditório do CREA</p>	<p>9h – Curso “Utilização de Lodo de Estação de Esgoto na Agricultura”</p> <p>14h – Curso “Utilização de Lodo de Estação de Esgoto na Agricultura”</p> <p>Organização: ABES</p> <p>Local: Auditório do CREA</p> <p>20h - Comemoração do Dia do Engenheiro e do Arquiteto</p> <p>Local: São Mateus - Restaurante Rincão</p>	<p>9h – Encontro de Estudantes de Engenharia e Arquitetura</p> <p>14h – Encontro de Estudantes de Engenharia e Arquitetura</p> <p>Organização: CREA Júnior</p> <p>Local: Auditório do CREA</p> <p>20h - Posse do SENGE-ES</p> <p>Local: Centro Sindical dos Bancários</p>
Sexta-feira 06/12	Segunda-feira 09/12	Terça-feira 10/12	Quarta-feira 11/12
<p>9h – Encontro de Estudantes</p> <p>Organização: CREA Júnior</p> <p>Local: Auditório do CREA</p> <p>19h - Reunião Solene da CEEC</p> <p>Local: Auditório do CREA</p>	<p>Manhã: Café da manhã com os recém formados</p> <p>Organização: CREA</p> <p>Local: Auditório do CREA</p> <p>18h - Reunião da CEEI</p> <p>Local: Auditório do CREA</p>	<p>9h - Café da manhã com empresários - Apresentação do Projeto Nova Sede do CREA</p> <p>Local: Auditório do CREA</p> <p>14h - Reunião da CEEA</p> <p>Local: Auditório do CREA</p> <p>16h - Curso "Reforço de Estrutura do Uso de Fibra de Carbono" (Robson Gaiofato)</p> <p>Organização: SENGE-ES</p> <p>Local: Auditório do CREA</p> <p>19h - Inauguração da nova sala da Mútua</p> <p>Local: Térreo do Ed. Yung</p>	<p>Dia do Engenheiro e do Arquiteto</p> <p>8h - II Seminário Sobre Mineração Meio Ambiente e Qualidade de Vida</p> <p>14h - II Seminário Sobre Mineração Meio Ambiente e Qualidade de Vida</p> <p>Organização: CREA/CEEI</p> <p>Local: Hotel Porto do Sol</p>
Quarta-feira 11/12	Quinta-feira 12/12	Sexta-feira 13/12	Sábado 14/12
<p>Dia do Engenheiro e do Arquiteto</p> <p>17h - Lançamento do Projeto Calçada Cidadã</p> <p>Organização: CREA/PMV</p> <p>Local: Auditório do CREA</p> <p>20h - Premiação do IAB-ES</p> <p>Organização: IAB-ES</p> <p>Local: Clube Ítalo Brasileiro</p>	<p>8h - II Seminário Sobre Mineração Meio Ambiente e Qualidade de Vida</p> <p>14h - II Seminário Sobre Mineração Meio Ambiente e Qualidade de Vida</p> <p>Organização: CREA/CEEI</p> <p>Local: Hotel Porto do Sol</p> <p>16h- Palestra “Lajes Nervuradas”</p> <p>Organização: SENGE-ES</p> <p>Local: Auditório do CREA</p> <p>19h - Reunião 200º CEAR Solene</p> <p>Organização: CEAR</p>	<p>8h - II Seminário Sobre Mineração Meio Ambiente e Qualidade de Vida</p> <p>14h - II Seminário Sobre Mineração Meio Ambiente e Qualidade de Vida</p> <p>Organização: CREA/CEEI</p> <p>Local: Hotel Porto do Sol</p> <p>20h - Sessão Plenária Solene - Posse do Sr. Presidente do CREA Eng^o Eletr. Silvío Roberto Ramos e posse dos novos Inspectores</p> <p>Organização: CREA</p> <p>Local: Iate Clube do Espírito Santo</p>	<p>21h- Show Baile em comemoração ao Dia do Engenheiro e do Arquiteto</p> <p>Organização: CREA</p> <p>Local: Clube Álvares Cabral</p> <p>(Os ingressos serão adquiridos com a doação de dois quilos de alimento não perecível - com exceção de sal)</p>

Movimento de Cidadania pelas Águas participa pela quarta vez da feira do Verde



O ESTANDE DO MOVIMENTO ATRAIU CRIANÇAS CURIOSAS SOBRE O FUTURO DAS ÁGUAS

“A Água nossa de cada dia”. Foi com este tema, inspirado na Cartilha do cartunista mineiro Zivaldo, que o Movimento de Cidadania pelas Águas marcou presença na XIII Feira do Verde, realizada entre os dias 17 e 22 de setembro.

Com o apoio do CREA-ES e do SINDAEMA, o Movimento de Cidadania pelas Águas, que tem caráter nacional, registrou este ano sua quarta participação na Feira do Verde, onde montou um estande repleto de painéis coloridos para chamar a atenção para a causa e alertar sobre os riscos de escassez de água no futuro.

Com um público formado principal-

mente por crianças, a Feira vem reunindo a cada ano um número maior de visitantes. Nesta última edição, o público foi de cerca de 100 mil pessoas, entre elas, mais de 25 mil estudantes de todo o Estado.

Para a consultora interna do CREA-ES, Arquteta Clemir Regina Pela Meneghel, que também é uma das coordenadoras do Movimento, “a Feira do Verde é uma ótima oportunidade de levarmos nossa mensagem a um grande público, sobretudo às crianças, que são nosso principal alvo”.

A principal ação do Movimento de Cidadania é conscientizar crianças, jovens e adultos para a questão da preservação e uso racional da água. As atividades acontecem durante todo o ano, por meio de palestras em escolas de diversos municípios da Grande Vitória e do interior do Estado. Além disso, o Movimento participa de diversas outras ações ligadas ao meio ambiente, atuando junto ao Fórum Estadual em Defesa do Meio Ambiente e do Saneamento Ambiental e ao Fórum Lixo e Cidadania.

Vá ao site www.creaes.org.br e faça sua ART eletrônica

CREA-ES promove capacitação de funcionários

O treinamento e a valorização dos funcionários do CREA-ES, previstos no Planejamento Estratégico do Conselho, foi o principal propósito do Encontro Anual, realizado nos dias 4 e 5 de outubro, em Domingos Martins, região serrana do Estado.

Organizado pela Unidade de Controladoria, o encontro reuniu os colaboradores com uma programação diversificada, voltada tanto para a capacitação quanto para a integração dos participantes.

A nova estrutura administrativa foi analisada detalhadamente, com a apresentação das Unidades e Equipes de Trabalho. Segundo Aluyr Carlos Zon Junior, Gerente da Unidade de Controladoria, “A apresentação da nova estrutura administrativa proporcionou uma visão sistêmica do funcionamento do CREA-ES a todos os funci-

onários”. Durante o encontro, houve o lançamento do Sistema de Comunicação Interna do CREA, a Intranet.



OS GERENTES DO CREA APRESENTARAM AS EQUIPES DE TRABALHO E SUAS FUNÇÕES

Reestruturação Administrativa

O processo de Reestruturação, iniciado em 2000 com um diagnóstico organizacional que identificou os pontos a serem modificados, foi realizado por uma equipe coordenada pela Unidade de Controladoria do CREA-ES.

A Estrutura Organizacional, o Plano de Cargos e Salários e a Remuneração Variável foram os pontos trabalhados pela equipe que, a partir dos resultados, implementou as mudanças e concluiu a reestruturação em novembro de 2001.

Aluyr Zon acredita que a reestruturação está sendo importante para a melhoria da qualidade do atendimento do CREA-ES. “Com a nova estrutura administrativa, o CREA-ES pretende agilizar a prestação de seus serviços, aumentando a credibilidade e eficiência do Conselho”, concluiu.

Fiscalização do CREA-ES é destaque em Encontro Nacional

O CREA-ES foi destaque no 1º Encontro de Fiscais (Enfisc-MG) e no 2º Seminário de Fiscalização (Sefisc-MG), que aconteceram de 19 a 24 de agosto, em Belo Horizonte - MG. Reconhecimento justificado: a Unidade de Fiscalização do CREA-ES é pioneira nacional na área de segurança do trabalho e a única do país que atua segundo os padrões da ISO 9002.

O setor de fiscalização está passando por uma modernização e vem crescendo gradualmente desde novembro de 2001. Atualmente, a Unidade de Fiscalização conta com 35 colaboradores, sendo 21 agentes fiscais, divididos em quatro equipes de trabalho. Atua também com oito escritórios de advocacia credenciados em todo o Estado,

ARQUIVO PESSOAL



ENGº MECÂNICO
FLAVIO LOBATO
LA ROCCA,
GERENTE DE
FISCALIZAÇÃO DO
CREA-ES

para cobrar e ajuizar execuções fiscais.

"A modernização está sendo incorporada com todo o planejamento que os setores abrangidos requerem", disse o Engenheiro Mecânico Flavio Lobato La Rocca, Gerente da Unidade de Fiscalização do CREA-ES, que fez palestra no Enfisc-MG. Nesse planejamento, todas as etapas do processo são pensadas, desde a organização e distribuição das áreas de fiscalização até o tratamento dos dados pela equipe interna.

Várias melhorias foram realizadas desde o começo do processo. Hoje, todas as rotinas são padronizadas e a fiscalização funciona em sistema de rodízio entre áreas a serem visitadas. Com esta otimização reduziu-se a necessidade de mutirões e das *blitze* em municípios do interior, que antes eram efetuados periodicamente para compensar a carência de agentes fiscais em determinadas localidades. Além disso, o CREA-ES já mantém atendimento personalizado em algumas das maiores empresas do estado, dinamizando a fiscalização empresarial.

Novos equipamentos também foram adotados pela fiscalização. Cada fis-

- Grande Vitória e Região Serrana - CREA Sede
- Sul - Inspeção de Cachoeiro de Itapemirim
- Leste - Inspeção de Linhares
- Centro Oeste - Inspeção de Colatina
- Norte - Posto de São Mateus



cal já dispõe de um aparelho de telefone celular, o que melhora a comunicação entre as equipes externa e interna. Para ações específicas, são usados coletes com identificações apropriadas.

O sistema de informações que armazena e processa os dados da fiscalização também foi modernizado, com a aquisição de 25 novos computadores e a transferência dos dados para o novo sistema corporativo de informática do CREA-ES. Todas as metas e objetivos agora podem ser acompanhados através de relatórios estatísticos diários. Outro investimento do CREA-ES é no treinamento permanente de seus fiscais.

NÚMEROS DA FISCALIZAÇÃO DO CREA-ES (1999, 2000 e 2001)

	Ano 1999	Ano 2000	Ano 2001	TOTAL
Nº DE FISCALIZAÇÕES (Total de visitas com e sem lavratura de NAI)	21.230	24.625	28.057	73.912
REGIÃO	NÚMERO DE NAI'S LAVRADOS			
GRANDE VITÓRIA (CREA SEDE)	7.268	7.346	9.303	23.917
INSPETORIA de COLATINA	1.057	1.220	1.523	3.800
INSPETORIA de LINHARES	628	820	1.766	3.214
INSPETORIA de CACHOEIRO	2.712	2.900	2.784	8.396
POSTO de ATENDIMENTO SÃO MATEUS	323	392	429	1.144
TOTAL de NAI's Lavrados	11.988	12.678	15.805	40.471
CRESCIMENTO DO Nº DE NAI'S EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR		5,76%	24,66%	
CRESCIMENTO DO Nº DE FISCALIZAÇÕES EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR		15,99%	13,94%	
Nº de AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO ESTIMADO PARA 2002			39.248	
CRESCIMENTO DO Nº DE FISCALIZAÇÕES EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (2002 P/ 2001) - ESTIMADO			39,89%	

NOVO ENDEREÇO

A Inspeção de CREA de Colatina mudou de endereço. O atendimento está sendo feito na Rua Pedro Epichin, número 29, Loja 08, Edifício Novo Centro, no Centro de Colatina. O telefone continua o mesmo: (27) 3721-0657.

Vitória sedia seminário nacional de Mineração

Os insumos naturais provenientes da mineração de mármore, da exploração do petróleo e do gás natural no Espírito Santo e suas relações com os centros urbanos são algumas das questões que serão debatidas no II Seminário Nacional de Mineração Meio Ambiente e Qualidade de Vida, que acontece entre os dias 11 e 13 de dezembro no Hotel Porto do Sol, em Vitória.

Os problemas relacionados ao progresso científico e tecnológico das áreas de geologia e mineração envolvem aspectos institucionais e técnicos, que estarão em debate durante o evento. A Coordenadora da Câmara Especializada de Engenharia Industrial (CEEI) do CREA-ES, Engenheira Geóloga Leila Issa Vilaça, disse que o seminário "também é uma forma de cobrar uma participação do novo governo estadual nas



DIVULGAÇÃO

Digite www.creaes.org.br e conheça a íntegra das principais leis sobre as atividades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

questões relacionadas à área".

O evento tomou uma dimensão maior desde o ano passado, quando foi realizado em Salvador (BA), e passou a integrar o calendário da Coordenadoria Nacional das Câmaras de Geologia e Minas do CONFEA.

Para este ano estão sendo esperados em Vitória cerca de 200 profissionais ligados direta ou indiretamente às atividades de geologia e mineração. "É uma forma de unir a sociedade civil organizada e o governo para discutir a modalidade de geominas", enfatiza a coordenadora.

O seminário é organizado pelo CONFEA/CREA-ES e conta com o apoio da Federação Brasileira de Geólogos (FEBRAGEO), Federação de Associações de Engenheiros de Minas Gerais (FAEMI), Câmara Especializada de Engenharia Industrial (CEEI), Petrobras e Mútua Caixa de Assistência

Informações e inscrições através do telefone 3200-3776 ou pelo e-mail mseventos@mseventos.com.br.

BALANÇO PATRIMONIAL – SETEMBRO 2002

ATIVO

ATIVO FINANCEIRO	698.757,81
DISPONÍVEL	194.418,01
CAIXA	0,00
BANCOS-C/MOVIMENTO	183.086,00
BANCOS-C/ARRECADADO	0,01
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	11.332,00
DISPONÍVEL VINCULADO EM C/C BANCÁRIA	472.791,30
BANCOS-C/VINCULADA	0,00
BANCOS-C/VINCULADA À APLICAÇÕES FINANCEIRAS	472.791,30
REALIZÁVEL	1.700,59
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00
DEVEDORES DA ENTIDADE	1.683,11
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	17,48
TÍTULOS FEDERAIS	0,00
BANCO CENTRAL – CRUZADOS BLOQUEADOS	0,00
RESULTADO PENDENTE	33.249,09
DESPESAS A REGULARIZAR	33.249,09
DESPESAS JUDICIAIS	0,00
ATIVO PERMANENTE	1.931.076,08
BENS PATRIMONIAIS	1.852.874,08
BENS MÓVEIS	504.240,27
BENS IMÓVEIS	1.348.633,81
CRÉDITOS	0,00
DÍVIDA ATIVA	0,00
OUTROS CRÉDITOS	0,00
VALORES	78.202,00
TÍTULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	0,00
ALMOXARIFADOS	0,00
OUTROS VALORES	78.202,00
OUTRAS PARTICIPAÇÕES	0,00
SOMA DO ATIVO REAL	2.629.833,89

PASSIVO

PASSIVO FINANCEIRO	373.143,25
DÍVIDA FLUTUANTE	373.143,25
RESTOS A PAGAR	14.802,45
RESIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	342.076,20
CONSIGNAÇÕES	15.890,87
CREDORES DA ENTIDADE	2.330,70
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	2.704,43
RESULTADO PENDENTE	0,00
DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00
PASSIVO PERMANENTE	666.696,16
DÍVIDA FUNDADA	666.696,16
DÍVIDA FUNDADA	666.696,16
SOMA DO PASSIVO REAL	1.039.839,41
SALDO PATRIMONIAL	
PATRIMÔNIO (Ativo Real Líquido)	1.589.994,48
SOMA DO PASSIVO REAL	2.629.833,89

Anchieta, samba e carnaval

ARQUIVO PESSOAL

MARQUINHOS, JUNIOR, GUGU (AGACHADOS), ZÉ CARLOS, WILSON CARNEIRO E DITTOPR (EM PÉ:), NA BARRA DO JUCU.



Não só de projetos de engenharia vivem os Engenheiros, mas também de samba e folia. Será com o enredo "De passo a passo, faço passos até Anchieta", "projetado" pelo Secretário de Assuntos Jurídicos do SENGE-ES, Engenheiro Paulo Roberto de Souza (DittoPR), em parceria com seus colegas do Galão do Glória, Wilson Carneiro, José Carlos e Gugu, que a Associação Recreativa e Cultural Mocidade Unida da Glória – M.U.G. vai para a avenida disputar o título de campeã do carnaval/2003, após ter sido a vice no carnaval/2002.

O samba-enredo da escola está sendo considerado um dos quesitos mais fortes para a conquista do título. Os três autores conseguiram compor uma letra de alto nível abordando os pontos principais do trajeto "Passos de Anchieta", entre Vitória e Anchieta, feito a pé, todos os anos, pelos adeptos de longas caminhadas e de um pouco de misticismo. A música proporciona um ritmo empolgante e o refrão promete sacudir o sambódromo de Vitória. Na disputa para escolha do Samba, o trio arrancou da comissão julgadora nada menos do que vinte notas 10 e uma nota 9.

Enredo: "De passo a passo, faço passos até Anchieta"

Autores: DittoPR, WilsonCarneiro, JoseCarlos e Gugú. Música: DittoPR, WilsonCarneiro, Marquinhos e Vinícius

Veio de Além mar, com a missão de catequizar.
As tempestades tropicais, adiantaram seu destino
Junto aos índios e animais.
Em Iperoig, defendeu a invasão
Foi refém dos Tamoiois' junto à Confederação.
Fez poema na areia... milagres, e até levantar
E veio prá Vila encantado com o mar
É no balanço do mar, que vou desfilhar
Com A.B.A.P.A. , faço a onda na avenida [bis - refrão]
Sou Mocidade, sou Unida, sou a Glória
De passo a passo, faço passos à Rerigitiba
Catedral, janela aberta prá baía de Vitória
Penedo imponente, benevolente vigiando a Beira-mar
Vila Velha, berço da colonização
Do Convento da Penha vem a sua proteção
Praia da Costa de mão dada a Itapoã
Na Barra tem a Madalena, Reserva Jacaranema

Espera Maré, esperando por você
Com congo, e com Casaca vai até o amanhecer
[refrão]
Brisa marinha, volto a caminhar
Na Ponta da Fruta que quero provar
Paulo Vinhas, do ambiente é preservação
Águas cristalinas de Setiba, faz lembrar esta canção:
"Quer reviver um sonho lindo que eu vivi
Vem viver as maravilhas de Guarapari ..." [bis]
Como é lindo o por do sol, de Parati...Castelhanos e Iriri
As praias virgens, paraísos naturais
Terra farta em pescados, e preservados manguezais
ANCHIETA, onde o Benevente beija o mar
Tu és tão linda! que fez o jesuíta se expressar: [bis]
depois que vim esqueci-me de voltar..."
Anchieta! [breque]

NOTA DOS AUTORES:

1) Alguns termos utilizados na letra por se tratarem de siglas, ou provenientes da língua indígena merecem alguns esclarecimentos:

- A.B.A.P.A. – Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta - Entidade que anualmente realiza o evento.
- Iperoig, hoje Ubatuba (SP) – Local onde ficava a Confederação dos Tamoiois e onde, em 1563, Anchieta ficou como refém por quatro meses e escreveu o poema na areia ... Milagres e Até Levitar.
- Rerigitiba – na língua tupi significa "lugar de muitas ostras", era a denominação dada à cidade de Anchieta nos primórdios da colonização (1565)
- ANCHIETA – Cidade; Anchieta – O Jesuíta



QUADRO ORÇAMENTÁRIO SINTÉTICO DA RECEITA E DESPESA DE 2003 - CREA-ES

ELEMENTO DA RECEITA	R\$	%
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.841.579,47	33,25
RECEITA PATRIMONIAL	50.000,00	0,90
RECEITA DE SERVIÇOS	237.856,52	4,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.000,00	0,90
MULTAS/JUROS	234.503,37	4,23
INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES	142.000,00	2,56
RECEITA DE DÍVIDA ATIVA	524.234,71	9,47
RECEITAS DIVERSAS/ART	2.457.706,31	44,38
TOTAL	5.537.880,38	100,00

SUBELEMENTO DE DESPESA	R\$	%
PESSOAL	1.995.223,11	36,03
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	683.616,90	12,34
MATERIAL DE CONSUMO	111.717,60	2,02
SERV. TERC. E ENCARGOS	2.430.543,71	43,89
DESPESAS DE CUSTEIO	-	0,00
TRANSF. CORRENTES	144.000,00	2,60
ENCARGOS DA DÍVIDA	63.379,06	1,14
DESPESAS DE CAPITAL	109.400,00	1,98
TOTAL	5.537.880,38	100,00

IAB-ES comemora 35 anos

O Arquiteto carioca João Figueiras Lima, o "Lelé", participou da comemoração dos 35 anos da entidade no estado, fazendo uma palestra intitulada "Lelé, Um Arquiteto", no dia 25 de outubro, no auditório do Hotel Senac - Ilha do Boi, em Vitória.

João Figueiras Lima relatou sua experiência de quase 50 anos de profissão, sua atuação em diversos estados brasileiros e o trabalho ao lado de Oscar Niemeyer.

Professor com livros publicados, "Lelé" deixou sua marca registrada em terras capixabas com a obra do Tribunal de Contas da União, localizado na Enseada do Suá.

No mesmo dia, o IAB lançou o catálogo do livro *Arquitetura Capixaba*, que resultou de um projeto de pesquisa sobre a história do Espírito Santo vista através de seus projetos arquitetônicos. Também foram homenageados os ex-presidentes da entidades.

SENGE elege nova diretoria para 2003/2005

Os filiados ao SENGE elegeram a nova diretoria do Sindicato, que administrará a entidade até 2005. A única chapa inscrita, Democracia pra Valer, foi eleita com 95% dos votos.

De acordo com o presidente reeleito Engº Civil Luis Fernando Fiorotti Mathias, o plano da chapa apóia-se no tripé Sindical, Cidadania e Institucional, e tem como principais propostas: estreitar o relacionamento com entidades correlatas de nível superior; atuar conjuntamente com os sindicatos majoritários; continuar a campanha "Olho no seu voto"; participar ativamente do Programa de Educação Continuada; aprimorar a Bolsa de Empregos, Trabalho e Oportunidades; realizar ampla mobilização com o objetivo de elaborar a Tabela de Honorários de todas as modalidades da área tecnológica e produzir condições que possibilitem colocar em funcionamento o escritório do profissional. A posse oficial ocorrerá dia 03 de dezembro. A posse solene será no dia 05/12, no Centro Sindical dos Bancários.

SEE: Confea prepara Congresso do Concreto

A Comissão de Assuntos Nacionais do CONFEA (CAN) reuniu-se em Vitória para tratar entre outros assuntos da realização do 45º Congresso Brasileiro do Concreto no ES, em agosto de 2003.

A SEE e o Ibracon, que estão promovendo o congresso, estiveram representados na reunião pelos Eng.º Civis José Antonio do Amaral Filho e Fernando Lordello dos Santos Souza, respectivamente. A reunião contou ainda com a presença do presidente do CREA-ES, Eng.º Eletricista Silvio Roberto Ramos, que também apóia a realização do congresso.

IBAPE: Congresso de avaliação na Argentina

Os Engenheiros Civis Radegez Nasser Junior, Presidente do IBAPE-ES, e José Lemos Sobrinho, Conselheiro do CREA-ES, participaram do XX Congresso Panamericano de Valuación, realizado entre 23 e 26 de setembro, em Buenos Aires, Argentina, que reuniu cerca de 200 profissionais.

Foram abordados temas como Avaliações Rurais e Impacto Ambiental, Avaliações no Âmbito do Estado, Avaliações Econômicas de Empresas e de Ativos Financeiros, Ferramentas e Técnicas de Avaliação e Mercado Imobiliário. Esse último contou com a participação de Engenheiros brasileiros, representantes da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

O XXI Congresso Panamericano ainda não tem data definida, mas será realizado em 2004, na Colômbia. Em 2006 será de novo a vez do Brasil, que já sediou várias vezes o evento.

SINTEC participa de encontro sobre educação

O Sintec participou pela primeira vez do Seminário Internacional de Educação Tecnológica (SIET), representado pelo Técnico em Agrimensura Aloísio Carnielli, também diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica do ES (Cefet-ES).

A nona edição do Seminário, um dos mais importantes na área de ensino tecnológico, aconteceu de 5 a 7 de novembro, em Novo Hamburgo/RS, junto com o 1º Encontro Internacional de Educação Profissional (Suepro). Nestes eventos são debatidos assuntos relacionados à temática tecnológica e à contemporaneidade, numa visão interdisciplinar.

AEFES participa de programa de capacitação

Selecionada entre as entidades ambientais da região Sudeste, a Associação dos Engenheiros Florestais do Espírito Santo (AEFES) participará do Programa de Capacitação de Organizações Não Governamentais do Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA/MMA.

O objetivo do programa é apoiar o crescimento das entidades ambientalistas brasileiras. Desta forma, o Fundo pretende contribuir para que as organizações sejam mais eficientes e tenham capacidade para elaborar propostas de financiamento de ações ao FNMA.

Os projetos financiados pelo fundo envolvem profissionais das mais variadas áreas da Engenharia, ampliando o mercado de trabalho.

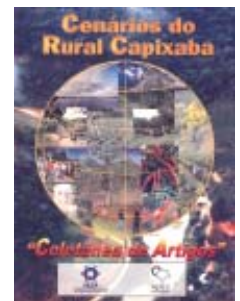
Técnicos Agrícolas são homenageados pelo CREA e SINTAES

Em comemoração ao Dia do Técnico Agrícola, o Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Espírito Santo (Sintaes), com o apoio do CREA-ES, publicou no Jornal A Gazeta um anúncio destacando a importância destes profissionais e sua colaboração para o desenvolvimento agrícola.

SEEA comemora Dia do Engenheiro Agrônomo com lançamento de livro

O Dia do Engenheiro Agrônomo, 12 de outubro, foi marcado por várias atividades. As comemorações, organizadas pela Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos e pelo CREA-ES contaram com mais de 100 participantes. Foi homenageado o Engº Agrônomo David dos Santos Martins, pesquisador do Incaper, que ganhou o Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica/2002.

Também foi lançado o livro *Cenários do Rural Capixaba*, que reúne 70 artigos de 14 autores sobre agricultura e desenvolvimento rural, publicados na imprensa capixaba nos últimos 10 anos. A publicação foi produzida em parceria entre a SEEA e AEFES.





Combate aos obstáculos

ALESSANDRA FORNAZIER



SÉRGIO CARDOSO

Conheça algumas orientações técnicas da NBR 9050/94:

Rampas

As rampas devem ter inclinação máxima de 12,5%. A largura mínima admissível para rampas é de 1,20m, sendo recomendável 1,50m. Para rampas curvas, admitem-se inclinação máxima de 8,33% e raio mínimo de 3,00 m.

Escadas e degraus

As escadas devem ter largura livre mínima de 1,20m e piso de alerta tátil para sinalização, localizado antes do início e após o término de cada segmento da escada.

Os corrimãos devem ser contínuos, de seção circular e devem constar nos dois lados das rampas e escadas. Os degraus devem ser anti-derrapantes ou possuírem faixas anti-derrapantes

Pisos

Os pisos devem ter superfícies regulares firmes, estáveis e anti-derrapantes, sob quaisquer condições climáticas.

Sinalização

As edificações, espaços mobiliários e equipamentos urbanos que possibilitem acesso às pessoas portadoras de deficiência deve ser sinalizadas com o Símbolo Internacional de Acesso, acompanhado, quando necessário, de seta indicativa do sentido do deslocamento. O símbolo Internacional de Acesso deve ter localização e dimensões adequadas para facilitar a visualização.

Portas

As portas (inclusive as de elevadores) devem ter, no mínimo, 0,80 de largura, para permitir a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas.

Banheiros

Os assentos das bacias sanitárias devem estar a 0,46 do piso. A porta deve ter, preferencialmente, abertura frontal para o menor lado da transferência. Junto à bacia sanitária, na lateral e no fundo, devem ser colocadas barras horizontais para apoio e transferência, fixadas a 0,30 m de altura em relação ao assento da bacia, de comprimento mínimo de 0,90 m.

Mobiliário

Os balcões de atendimento, inclusive automáticos, devem permitir aproximação frontal de pelo menos uma cadeira de rodas, tendo altura de 0,80 m do piso, com altura livre de 0,70 do piso

Longas escadas, pisos irregulares e portas estreitas são apenas alguns dos obstáculos arquitetônicos encontrados nas edificações e que tanto dificultam a rotina das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Problemas como esses poderiam ser facilmente resolvidos por Arquitetos e Engenheiros no momento da elaboração dos projetos e execução de obras, mas nem sempre isso ocorre.

Para a consultora técnica do CREA-ES e integrante da Comissão Interinstitucional de Acessibilidade, Arquiteta Clemir Regina Pela Meneghel, muitos profissionais ainda não conhecem as leis que garantem a acessibilidade às edificações, vias públicas, mobiliários urbanos, transporte e habitação.

A acessibilidade universal está prevista em leis federais, estaduais, na Constituição Federal e também na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). No Espírito Santo, um exemplo é a Lei 6068/2000, que obriga os órgãos estaduais, equipamentos e mobiliários urbanos e locais de acesso público a adaptarem-se às exigências da NBR 9050/94, da ABNT, que dispõe sobre as medidas e padrões de acessibilidade à pessoas portadoras de deficiência.

Para o Deputado Estadual Cláudio Vereza (PT), autor da Lei 6068 e portador de necessidades especiais, já estão ocorrendo mudanças no Estado com relação à acessibilidade em edifícios. Vereza cita edificações mais novas como o Santuário de Vila Velha, o Shopping Vitória e o Centro de Convenções, como exemplos de locais adaptados às pessoas com limita-

ções na locomoção. Em alguns casos, porém, como no Centro de Convenções, a adequação não foi total, já que a rampa de acesso ao segundo andar não está dentro das normas da NBR 9050, que determina uma inclinação máxima de 12,5%.

Por outro lado, os edifícios públicos antigos do centro de Vitória ainda oferecem muitas barreiras aos deficientes. Mas não são somente as construções antigas que se mostram inacessíveis para uma parcela da população. Vereza cita o Teatro da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) como uma "aberração" de acessibilidade, devido à sua longa escadaria.

O Arquiteto Kleber Frizzera explicou que o projeto original do Teatro, de sua autoria, previa a instalação de um elevador, o que não ocorreu até hoje por falta de verbas. "A obra foi entregue em janeiro de 2000, mas ainda não está concluída", ressaltou, informando que o elevador deve ser instalado no início de 2003.

Ainda na Ufes, a inadequação do ambiente construído pode ser vista em toda a parte, inclusive no prédio do curso de Arquitetura. O professor do Departamento de Arquitetura da Ufes, André Abe, reconhece que o ensino da acessibilidade ainda é deficiente no curso de Arquitetura.

"Quando ensinamos Urbanismo, chamamos a atenção dos alunos para a acessibilidade, mas menos do que deveria. Estamos tentando alterar a disciplina de Ética e Legislação Profissional e incluir a questão da legislação da acessibilidade", destacou.

No site www.creaes.org.br você pode consultar seu acervo técnico

ELEIÇÕES 2002**MOMENTO**

A herança que o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva receberá do governo Fernando Henrique Cardoso é das mais difíceis de administrar, apesar do controle da inflação (estabilidade monetária) e as reformas fiscais a partir de 1994. Em sete anos, do início de 1995, ao final do ano passado, os preços administrados subiram em média 178%, mais do que o dobro do aumento da inflação medida pelo IPCA, de 78%. Já a dívida do setor público, em agosto, estava em R\$ 784,1 bilhões, o que representa 58,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Com a disparada do dólar, em setembro, aumentou ainda mais. No primeiro semestre de 2003, vencem títulos públicos que somam R\$ 106 bilhões. A taxa de juros de 21% ao ano é a mais alta desde julho de 1999.

O desemprego atinge níveis recorde e o país detém a quarta pior concentração de renda do mundo, atrás apenas de países africanos. Pela primeira vez na história do Brasil, o número de trabalhadores no mercado informal é superior ao de trabalhadores com carteira assinada.

Os problemas sociais são gravíssimos. Milhões de brasileiros vivem na miséria, passam fome e não têm acesso à moradia e a serviços de saúde e educação de qualidade. A violência também atinge níveis alarmantes e o poder paralelo do crime organizado está infiltrado em todas as esferas dos poderes constituídos.

Ainda assim, lideranças de entidades representativas dos trabalhadores e do setor empresarial capixaba têm expectativas positivas em relação aos desafios que terão que ser enfrentados pelo futuro governo.

ADRIANA MACHADO

O Presidente do CREA-ES, Silvio Ramos, acredita que apesar de o país viver esse momento de extrema dificuldade, a vitória de Lula, por si só, já cria um clima de otimismo. "Se o Lula conseguir imprimir pelo menos um caráter social democrata ao seu governo, poderão ocorrer várias conquistas à sociedade, e condições para isso ele tem, pois tem profundas raízes no movimento sindical e popular. Os principais partidos que o apóiam também. Parcela significativa dos setores médios da sociedade, incluindo aí pequenas e médias empresas, poderão ser importantes formadores de opinião, e que poderão lhe dar a sustentação necessária à realização de várias reformas, dentre elas a tributária e a política, e a fundamental retomada do desenvolvimento", observa.

Silvio acredita que o momento histórico é propício para que dentro de um ou dois anos possa haver uma inversão de prioridades, onde a visão predominante atual, ou seja, a acumulação excludente, possa ser substituída por uma melhor distribuição à toda a sociedade dos frutos do desenvolvimento.

"Para nós, profissionais e empresas da área tecnológica, abrem-se pelo menos duas perspectivas a médio prazo, ou seja, a primeira é que sendo equacionados os principais problemas econômicos, e tendo como eixo central do programa de governo o resgate das dívidas sociais, a infra-estrutura volte a ter grande importância, gerando grandes oportunidades de trabalho (habitação, saneamento, energia, estradas, agricultura, etc), e a segunda oportunidade que se abre é que definitivamente sabemos que desenvolvimento



OS CAPIXABAS COMEMORARAM A VITÓRIA DE LULA NA NOITE DE 27 DE OUTUBRO, ANTES MESMO DE TERMINADA A CONTAGEM DOS VOTOS.

DE ESPERANÇA



SÉRGIO CARDOSO



ARQUIVO CREA-ES



SILVIO RAMOS,

PRESIDENTE DO CREA-ES:

“PARA O SETOR TECNOLÓGICO ABRE-SE A PERSPECTIVA DE BUSCA DE SOLUÇÕES QUE TORNEM O PAÍS MENOS DEPENDENTE DE PRODUTOS IMPORTADOS”

só é possível de acontecer com muito investimento em ciência e tecnologia, daí novamente estarmos no centro dos acontecimentos, no olho do furacão, pois são as universidades, os centros de pesquisa e as empresas operadas por nós, Engenheiros, Tecnólogos, Arquitetos, Engenheiros Agrônomos e Técnicos que podem construir as condições de competitividade necessárias à este salto qualitativo”, exemplifica. Ramos prevê também que a implementação do processo de reforma agrária vai demandar muitos serviços para os profissionais das Ciências Agrárias.

Base de apoio - Otacílio Pedrinha, Presidente do Instituto Brasileiro de Executivos das Finanças (Ibef), também está otimista em relação ao futuro governo. “A gente pode ter muito esperança”, afirma, lembrando que o presidente eleito conta com “nomes razoáveis que vão aju-

dar muito o processo de transição, entre esses o próprio Presidente do Partido dos Trabalhadores, o Deputado federal José Dirceu, e o Senador eleito Aloísio Mercadante”. O Presidente do Ibef também considera viável a proposta do pacto nacional. Ele ressalta que hoje parte do empresariado adota o princípio da responsabilidade social: “É claro que será preciso fazer um grande esforço no futuro para que possamos atender a parte mais carente da população brasileira mas eu acredito que o pacto é possível e que não haverá perdas para o empresariado”.

Um dos maiores desafios que Lula terá que enfrentar, aponta Pedrinha, é a necessidade de construir uma base de apoio no Congresso Nacional para aprovação das reformas necessárias ao país. Outro desafio será cumprir os compromissos de campanha considerando o fato de o orçamento para o próximo ano já estar aprovado. “Ele terá que fazer ajustes e isto deverá criar incômodos”, comenta. Pedrinha também considera essencial que o futuro governo reforce a presença do Brasil no Mercosul.

Tranquilidade - O Presidente do Sindicato da Construção Civil, José Eduar-

SÉRGIO CARDOSO



OTACÍLIO PEDRINHA,

PRESIDENTE DO IBEF:

“O PACTO É POSSÍVEL E NÃO HAVERÁ PERDAS PARA O EMPRESARIADO”

do Berredo, por sua vez, expressa tranquilidade em relação ao atual momento político: "O país assistiu a um pleito eleitoral extremamente democrático e transparente, a transição está sendo bem construída pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, a equipe de transição já está sendo apresentada e isto é motivo de satisfação".

Referindo-se aos compromissos de campanha do presidente eleito que priorizam o resgate das dívidas sociais, o presidente do Sindicon estima que o setor da construção civil e outros que também atuam na área social serão beneficiados, gerando também empregos em todo o país. "Afinal há uma demanda de seis milhões de moradia no país", esclarece.

ARQUIVO CREA-ES



JOSÉ EDUARDO BERREDO,
PRESIDENTE DO SINDICON:

“É PRECISO VIABILIZAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA MORADIA PORQUE A CAMADA DA POPULAÇÃO INCLUÍDA NA FAIXA QUE RECEBE ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS NÃO TEM CAPACIDADE DE PAGAMENTO”

Para Berredo é fundamental ainda a implementação de uma política habitacional: "É preciso viabilizar recursos nos orçamentos da União e dos Estados porque, embora a Constituição Federal estabeleça que a moradia é um direito que deve ser garantido a todo cidadão, a camada da população incluída na faixa que recebe até três salários mínimos não tem capacidade de pagamento". Outro ponto

que considera essencial é a reformulação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) com o objetivo de estimular a formalidade do emprego.

Em relação à política macroeconômica, Berredo lembra que Lula já declarou que vai honrar os compromissos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Isso traz tranquilidade para o chamado mercado", avalia.

Enfrentamentos - No cenário vislumbrado por Haylson Oliveira, Presidente da CUT Estadual, "é incontestável que haverá enfrentamentos até pelo arco de alianças formado em torno da candidatura Lula no segundo turno das eleições presidenciais. Nós também queremos o pacto nacional, mas primeiro precisamos conhecer o que será proposto pelo governo. Defendemos as propostas que constam do programa de governo do PT e agora queremos debater, conscientes, é claro, que será preciso dar um prazo ao novo governo", afirma Haylson Oliveira.

Na opinião dele, o movimento sindical manterá as reivindicações históricas dos trabalhadores, "pois são necessárias para que tenhamos uma sociedade justa e igualitária". Para ele, a eleição de Lula representa uma rara oportunidade que o país está tendo de, aos poucos, alterar a relação capital e trabalho, e de promover mudanças no plano político e administrativo, resgatando princípios éticos e a devida utilização dos recursos financeiros.

Direitos humanos - No campo dos direitos humanos, o que espera é a efetivação dos programas instituídos durante o governo FHC. "Fernando Henrique Cardoso foi um dos que mais criou mecanismos de defesa e promoção dos direitos humanos, mas o nosso questionamento é quanto à efetivação desse conjunto de mecanismos", analisa Isaías Santana, Conselheiro do Movimento Nacional de Direito Humanos - Região Leste I (MNDH). Segundo ele, durante a audiência realizada em 15 de outubro último, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), em Washington, o balanço apre-

SÉRGIO CARDOSO



HAYLSON OLIVEIRA,
PRESIDENTE DA CUT-ES:

“É INCONTESTÁVEL QUE HAVERÁ ENFRENTAMENTOS ATÉ PELO ARCO DE ALIANÇAS FORMADO EM TORNO DA CANDIDATURA LULA NO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS”

sentado pelo MNDH revelou que "em todos os aspectos, ou seja, tanto em relação às metas quanto à liberação de recursos, o governo FHC só cumpriu 36%", acrescentou.

De acordo com o Conselheiro do MNDH, o maior desafio do governo Lula será combater a impunidade e a corrupção. "Nós estamos falando do crime organizado, que atua no tráfico de drogas, de armas, roubos de carga, que promove licitações e concursos públicos fraudulentos", explica Santana, lembrando que no país, até agora, apenas os "operários" do crime organizado são presos. "Precisa haver uma reformulação do sistema penal, uma faxina no poder judiciário, com o controle da sociedade, é preciso garantir realmente autonomia ao Ministério Público, reestruturar toda a segurança pública, e claro, é preciso que o Congresso Nacional aprove as grandes reformas, a política, tributária, fiscal, entre outras.

Ele também destaca a importância do pacto social. "É fundamental o pacto social se queremos de fato construir um novo Brasil, envolvendo desde os maiores empresários até os mais humildes". Mas Isaías faz um alerta: "Esperamos que Lula governe com o mercado, com a imprensa e não para o mercado e para a imprensa".

Compromissos do novo governo

A prioridade do governo Lula, segundo afirmou o Presidente eleito em seu primeiro pronunciamento depois do segundo turno das eleições, será o combate à fome. Para tanto será criada uma Secretaria de Emergência Social, com verbas e poderes para começar a funcionar já em janeiro de 2003. A meta é garantir, ao final de quatro anos, que todos os brasileiros tenham garantidas pelo menos três refeições ao dia.

Construção civil - A geração de empregos é outra prioridade. Lula, em seu primeiro pronunciamento oficial garantiu que, logo ao assumir, vai mobilizar os recursos públicos disponíveis nos bancos oficiais - e nas parcerias com a iniciativa privada - para a ativação do setor da construção civil e das obras de saneamento. O Presidente eleito considera que tal medida ajudará na retomada gradual do crescimento sustentado.

Apesar da crise financeira internacional e suas implicações na situação brasileira, em especial a instabilidade na taxa de câmbio e a pressão inflacionária dela decorrente, Lula considera possível ampliar já em 2003 o superávit comercial de mais de US\$10 bilhões, adotando "uma política ofensiva de exportações, incorporando mais valor agregado aos produtos nacionais, aprofundando a competitividade da economia, bem como promovendo uma criteriosa política de substituição competitiva de importações".

O futuro governo defende que é essencial que, além do apoio de organismos multilaterais como o FMI, o BID e o BIRD, se restabeleçam as linhas de financiamento para as empresas e para o comércio internacional. "Igualmente relevante", afirma Lula, "é avançar nas negociações co-

merciais internacionais, nas quais os países ricos efetivamente retirem as barreiras protecionistas e os subsídios que penalizam as nossas exportações, principalmente na agricultura".

Mercado de consumo de massas - A proposta do futuro governo é "constituir um amplo mercado de consumo de massas que dê segurança aos investimentos das empresas, atraia investimentos produtivos internacionais e represente um novo modelo de desenvolvimento e compatibilize distribuição de renda e crescimento econômico", afirmou Lula.

Segundo o Presidente, "a construção dessa nova perspectiva de crescimento sustentado e de geração de emprego exigirá a ampliação e o barateamento do crédito, o fomento ao mercado de capitais e um cuidadoso investimento em ciência e tecnologia". Exigirá também uma inversão de prioridades no financiamento e no gasto público, valorizando a agricultura familiar, o cooperativismo, as micro e pequenas empresas e as diversas formas de economia solidária.

Reformas - Ao Congresso Nacional serão encaminhadas as grandes reformas: previdenciária, tributária, política, trabalhista e da estrutura sindical, além da reforma agrária. Outro compromisso reafirmado por Lula é a "defesa corajosa da soberania regional, buscando construir uma cultura de paz entre as nações, aprofundando a integração econômica e comercial entre os países, resgatando e ampliando o Mercosul como instrumento de integração nacional



SÉRGIO CARDOSO

e implementando uma negociação soberana frente à proposta da ALCA".

O próximo governo pretende fomentar os acordos comerciais bilaterais e lutar para que uma nova ordem econômica internacional diminua as injustiças, a distância crescente entre países ricos e pobres, bem como a instabilidade financeira internacional que tantos prejuízos tem imposto aos países em desenvolvimento.

Meio ambiente - Quanto à questão ambiental, Lula afirmou que seu governo será um "guardião" da Amazônia e da sua biodiversidade. Em relação ao combate ao narcotráfico, o presidente eleito garante que será implacável.

Seu governo, afirmou Lula, respeitará e procurará fortalecer os organismos internacionais, em particular a ONU e os acordos internacionais relevantes, como o protocolo de Kioto, e o Tribunal Penal Internacional, bem como os acordos de não proliferação de armas nucleares e químicas. "Estimularemos a idéia de uma globalização solidária e humanista, na qual os povos dos países pobres possam reverter essa estrutura internacional injusta e excludente", declarou Lula.

Editada há 36 anos, a lei que assegura aos profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia o salário mínimo profissional ainda é descumprida na maior parte dos órgãos públicos e empresas privadas. No serviço público o desrespeito à lei aparece sob a forma de planos de cargos e salários que fazem ouvidos de mercador ao que ela prevê; no setor privado a desculpa é o valor da mão-de-obra especializada no mercado de trabalho. No centro deste universo de descaso aos preceitos legais o CREA e as entidades que congregam os profissionais usam as estratégias possíveis para convencer do óbvio: lei existe para ser cumprida.

BETH NADER



ABAIXO DO MÍNIMO

Quem tem mais de 30 anos de carreira sabe que, antigamente, Engenheiros e Arquitetos tinham tanto prestígio quanto Médicos e Advogados. Ter um diploma de Engenharia era garantia de um futuro de sucesso. Atualmente, estudantes da área estão conscientes de que a profissão não tem mais todo aquele reconhecimento.

Em 22 de abril de 1966, foi aprovada a Lei nº 4.950A/66, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária. É a Lei do Salário Mínimo Profissional (SMP), que se refere ao trabalho realizado mediante vínculo empregatício e ain-

da serve como referência para a definição do valor da remuneração aos profissionais autônomos. No entanto, embora regido por legislação federal, o salário mínimo profissional não vem sendo respeitado por diversas empresas e órgãos públicos do país, situação que não é diferente no Espírito Santo.

De acordo com a lei, o menor salário a ser pago ao profissional por uma jornada diária de seis horas é de seis salários mínimos vigentes no país. Para as atividades que exijam jornada superior a seis horas, o SMP será obtido tomando-se por base o custo da hora fixado no artigo 5º da lei, acrescido do adicional de 25%.

Segundo o Presidente da Sociedade

Espíritosantense dos Engenheiros (SEE), o Engenheiro Civil José Antonio do Amaral Filho, a remuneração justa é um dos principais fatores de satisfação funcional. Mas é justamente esse o problema dos profissionais que trabalham nos órgãos públicos do Estado. Em sua maioria mal remunerados, eles precisam dividir o tempo com outras atividades.

O Presidente do Instituto dos Arquitetos (IAB), Anderson Fioretti de Menezes, diz que, independente da questão legal, o cumprimento da Lei pelo setor público deveria ser um compromisso moral e ético. Ele considera "surrealista" o fato de os órgãos públicos exigirem das empresas contratadas o pagamento do mínimo profissional, enquanto remuneram seus profissionais com salários que às vezes não chegam a 50% do mínimo profissional, como, por exemplo, algumas prefeituras da Grande Vitória.

Na maioria das prefeituras do Estado, o artifício utilizado para passar ao largo da legislação é criar planos de cargos e

salários onde não se explicita o exercício de funções de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, optando-se por designações funcionais genéricas como profissional de nível superior ou consultor especializado.

Na Prefeitura de Vila Velha o plano de cargos e salários inclui Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos no segmento de "funcionários de nível superior", que ganham, atualmente, um piso de R\$ 400,00. A partir de janeiro de 2003, este valor passará para R\$ 873,00, segundo o Secretário de Administração da PMVV, Iranildo Casado. O aumento, embora significativo em termos percentuais (118,2%), ainda está abaixo do que é estipulado pela lei do SMP, e resultará em apenas 4,5 salári-

CREA-ES luta pela Valorização Profissional

os mínimos atuais, que está fixado no valor de R\$ 210,00. "Nós dobramos o valor. Sei que ainda é pouco, mas foi o melhor que pudemos fazer neste momento", afirma o Secretário.

Para a Engenheira Civil Maria Cândida Ramos Donatelli, que trabalha há mais de 15 anos na Prefeitura de Vila Velha, a situação dos profissionais já foi melhor. "Cheguei a ganhar cerca de 11 salários mínimos. Agora não recebo nem dois salários", desabafa. Ela reclama que quem trabalha em órgão público, além de ser mal remunerado, tem poucas oportunidades de crescimento. "Fiz uma especialização em Engenharia Ambiental e outros cursos por conta própria. Não recebi nenhum incentivo para me aperfeiçoar", diz. Para complementar a renda, Maria Cândida também atua como consultora. "Claro que eu preferiria me dedicar a uma atividade só, mas não dá".

Na Prefeitura de Vitória, o salário é de R\$ 1.100,00 por seis horas de trabalho e R\$ 1.540,00 por oito horas de trabalho. O piso também foi estabelecido com base no plano de cargos e salários. "A gente brigou bastante pra receber este salário. É uma reivindicação que começou em 96 e só este ano ela foi atendida", diz o Arquiteto José Carlos Neves Loureiro, para quem o poder público deveria ser o primeiro a seguir a lei do salário mínimo.

As prefeituras alegam que não cumprem porque os servidores municipais têm legislação própria e que a Lei Federal não foi feita para órgãos públicos. Outra justificativa é a de que quem dita o salários desses profissionais é o mercado.

Ao contrário dos órgãos públicos, algumas empresas privadas pagam salários que extrapolam o mínimo profissional, como a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica de Tubarão, onde nenhum profissional ganha menos que R\$ 2.000,00

Para garantir o direito ao salário mínimo profissional, o CREA-ES vem realizando ações em diferentes frentes, optando pelo caminho das relações diplomáticas, judiciais ou da fiscalização in loco, cumprindo assim a sua competência legal de defesa dos direitos dos profissionais.

Em 2000, assim que assumiu seu primeiro mandato na presidência do Conselho, o Engenheiro Eletricista Silvio Ramos iniciou uma campanha pela valorização profissional de Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos e Técnicos capixabas.

Sua primeira iniciativa foi procurar por carta ou pessoalmente todas as prefeituras do Estado para cobrar o cumprimento da Lei

do Salário Mínimo Profissional. O momento seguinte foi de criação de uma comissão de valorização para propor novos encaminhamentos e decisões neste campo.

Este ano, às vésperas das eleições, o CREA-ES realizou um encontro com profissionais candidatos a deputado estadual e federal, aos quais solicitou comprometimento com questões de interesse da área tecnológica. No momento, de acordo com Silvio Ramos, o CREA-ES está promovendo, juntamente com o CREA do Paraná, uma campanha em nível nacional que pretende, além de ampliar o debate sobre salário mínimo profissional, discutir temas como "Primeiro Emprego" e "Desregulamentação da Profissão".

Em Cachoeiro, a justiça vai decidir

Em setembro deste ano, o CREA-ES entrou com uma Ação Civil Pública contra a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim visando ao cumprimento da Lei do Salário Mínimo Profissional. O consultor jurídico do CREA-ES, José Roberto de Andrade, explica que essa ação só foi possível porque havia uma previsão na Lei Orgânica do município determinando o cumprimento da Lei 4950/66. Segundo ele, isso não ocorre nas demais prefeituras, impossibilitando qualquer intervenção do CREA-ES. Qualquer profissional pode acompanhar o andamento da ação pelo site www.trf2.gov.br. Ela recebeu o número 202.50.01.006629-2 e está em tramitação na 4ª Vara Federal de Vitória

Comissão de Valorização profissional reforça briga pelo SMP

Para defender o cumprimento da lei e criar mecanismos de fiscalização do salário mínimo profissional, foi criada, em 13 de outubro de 98, a Comissão de Valorização Profissional do CREA-ES, constituída por conselheiros e profissionais da área e cujo objetivo é prestar assessoria ao Conselho sobre as questões referentes à valorização profissional.

No ano passado, membros da Comissão, juntamente com o Sindicato dos Engenheiros (SENGE), com a Sociedade Espiritossantense dos Engenheiros (SEE) e com o Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos (IBEC), elaboraram uma tabela

de honorários dos Engenheiros Cíveis, na qual consta a remuneração desses profissionais de acordo com a categoria. Aprovada por 78% dos Engenheiros, ela serve como valor referencial para empresas e órgãos públicos do Estado. Estabelece, por exemplo, o valor mínimo da hora técnica em R\$ 34,50.

Segundo o representante do IBEC-ES, João Alberto de Oliveira, a tabela representa um avanço. Já o Presidente do SENGE, Engenheiro Civil Luiz Fernando Fiorotti, destaca que para uma efetiva ação pelo cumprimento da lei do salário mínimo, é necessário que os próprios profissionais se mobilizem junto ao sindicato.

FOTOS: MONIKY KOSCKY

Arte e técnica em miniatura

O surgimento da maquete eletrônica trouxe grandes avanços para o mercado da construção civil e de desing de interiores. No entanto, os recursos tecnológicos apresentados por esta técnica contemporânea não desprezam o valor artístico alcançado através do tempo pelas maquetes físicas. No segundo semestre de 2002, o Programa de Educação Continuada (PEC), organizou junto com o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Espírito Santo (SENGE-ES) um curso de maquetes físicas. O expressivo número de participantes no evento, confirma o interesse por essa técnica que é utilizada desde a Antiguidade.

A maquete eletrônica tem sido uma importante ferramenta de trabalho na elaboração de projetos arquitetônicos. De forma precisa, tem possibilitado aos profissionais uma melhor compreensão dos espaços e das soluções espaciais propostas por seus executores.

No processo de elaboração, todas as informações necessárias para realização da obra são passadas aos profissionais na forma de arquivos digitais (geralmente feitos em Autocad) ou desenhadas em papel e passadas via fax ou correio.

As imagens obtidas a partir das maquetes eletrônicas funcionam como eficientes argumentos para apresentação de empreendimentos, além de possibilitar a aquisição de parceiros e investidores e a apresentação em concursos e concorrências.

Entre as vantagens, essa técnica também oferece baixos custos. Exemplo disso, são os testes com cores, possíveis



SINTHYA MARTINS ENSINA A PRODUZIR GRANDES PROJETOS EM PEQUENA ESCALA

27 de Novembro

Dia do Profissional da Área de Engenharia de Segurança do Trabalho

(Engenheiros e Técnicos)

“Ética e proteção a serviço do cidadão”



de serem feitos em fachadas de edificações, na elaboração do pré-projeto.

Maquete Física - A técnica de confecção de maquetes físicas é utilizada desde a Antigüidade. Com o passar do tempo, essa técnica foi e continua sendo aprimorada e utilizada em projetos arquitetônicos.

Apesar dos recursos tecnológicos apresentados no mercado da construção civil e design de interiores por meio da maquete eletrônica, a maquete física atrai a atenção de profissionais e do público, que conseguem visualizar em dimensões reais projetos em escalas menores. Isso sem levar em conta seu valor artístico, capaz de encantar desde crianças a profissionais experientes.

"A vantagem para o profissional da área de construção civil de montar uma maquete, seja ele Arquiteto ou Engenheiro, é que fica mais fácil criar e fazer alterações no projeto", explica a instrutora do curso de confecção de maquetes, a Arquiteta Sinthya Araújo Martins.

Segundo ela, o material básico utilizado para confeccionar uma maquete física é o papel, material aparentemente frágil, que com auxílio das dobraduras e a sustentação de outros papéis torna-se bastante resistente. "A proposta de se uti-

lizar este material é conseguir, em pouco tempo, montar o volume da edificação tratando a plástica com outros materiais como tintas, plásticos e adesivos", completou Sinthya.

O curso de confecção de maquetes realizado no segundo semestre de 2002, no auditório do CEMUNI III, Ufes, superou as expectativas de público. No evento, os participantes tiveram a oportunidade de identificar a importância de uma maquete para divulgação de um empreendimento. Aprenderam como desenvolver estudos de projetos em volumes, a manusear instrumentos de execução e a confeccionar uma maquete volumétrica de um edifício arquitetônico referencial.

Parceria - A iniciativa faz parte de uma parceria firmada entre o PEC e a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). O convênio viabilizou a realização de outros cursos, entre eles, o de "Biogeografia: A Vida na Água" e de "Águas Subterrâneas: Caminhos para Sustentabilidade de um Recurso Estratégico".

Dado o sucesso de público alcançado pelo curso de Confecção de Maquetes, o PEC planeja seu retorno no calendário de 2003. Os interessados podem ligar para o 3334-9925 e deixar nome e telefone de contato para posterior confirmação de data de realização do evento.



MAQUETE ELETRÔNICA DO PROJETO DA NOVA SEDE DO CREA-ES, SELECIONADA EM CONCURSO PÚBLICO

Programa de Educação Continuada

O PEC tem como principal objetivo realizar cursos, palestras e seminários, trazer novas tecnologias e atualizar os profissionais do Sistema CONFEA/CREA, através das entidades de classe registradas no Conselho.

Desde sua implantação, o programa realizou 170 eventos, em um total de 1884 horas. Mais de 5871 profissionais de todo o Estado foram atualizados através dos conteúdos aplicados.

FLÁVIO GONÇALVES



GISELE NASCIMENTO, ESTUDANTE DE ENGENHARIA ELÉTRICA DA UFES E COORDENADORA DO CREA JÚNIOR COM ÍTALO RIBON, ESTUDANTE DO CCA DA UFES E DIRETOR DO CREA-JR.

Projeto CREA Júnior aproxima futuro profissional

Os estudantes do Ensino Superior e Médio das Áreas de Engenharia, Agronomia, Arquitetura e Tecnologia do Estado agora estão mais próximos do CREA-ES. No último dia 27 de setembro foi realizado na sede do Conselho o lançamento do CREA Júnior do Espírito Santo.

A finalidade do projeto, em funcionamento nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Norte, é estabelecer o primeiro contato do Conselho com os futuros profissionais, através da orientação profissional e da realização de diversas atividades como debates, palestras, seminários e visitas técnicas.

"No Espírito Santo faltava uma entida-

de que fosse o elo entre os estudantes e o CREA. Daí surgiu a idéia de adotar o modelo do CREA Júnior aqui", explica Gisele Nascimento, estudante de Engenharia Elétrica da UFES e Coordenadora do CREA Júnior.

Entre os benefícios a serem concedidos pela organização está a formação de parcerias com empresas para viabilizar, através de cadastramento prévio num banco de dados, bolsas de estágio para os estudantes. Também será uma de suas funções incentivar a participação dos futuros profissionais junto às entidades de classe.

COM O TEMPO E NOVA LEGISLAÇÃO, OS PDUs PASSARAM A EXIGIR MODIFICAÇÕES QUE COMEÇAM A SER FEITAS AGORA



FOTOS: BETH NADER

Municípios preparam ajustes nos PDUs

Aprovada no ano passado, depois de mais de 20 anos tramitando no Congresso Nacional, a Lei do Estatuto da Cidade exige uma ampla revisão dos PDUs e ocupação dos espaços urbanos.

Com o objetivo de se adequarem à Lei do Estatuto da Cidade, aprovada no Congresso Nacional em julho deste ano, as Prefeituras da Região Metropolitana de Vitória estão em processo de revisão de seus respectivos Planos Diretores Urbanos (PDUs), instrumento básico da política de desenvolvimento e planejamento urbano dos municípios.

O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/02) estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Participação popular - No município de Serra uma Comissão de Revisão do Plano Diretor Urbano trabalha há um ano, discutindo com a população as modificações necessárias para a adequação do PDU, elaborado em 1996 e revisado em 1998. A comissão já realizou reuniões com a Federação das Associações de Moradores de Serra (Fams) nas regiões de Civit e Laranjeiras, com o objetivo de apresentar o Estatuto da Cidade e buscar

contribuições dos moradores para elaboração do Projeto de Lei de modificação do Plano Diretor que deve ser encaminhado à Câmara Municipal até o final de 2003.

Segundo o diretor do Departamento de Planejamento Urbano e Coordenador da Comissão de Revisão do PDU de Serra, Arquiteto Desil Moreira Henrique, "o município conta com uma forte mobilização dos movimentos populares, o que torna o processo mais rico e democrático".

A coordenadora geral da Federação das Associações de Moradores de Serra (Fams), Vanuza Petri, defende que "a sociedade civil precisa participar como sujeito do processo de planejamento das cidades", por isso ela vem acompanhando de perto todo o trabalho de revisão do PDU.

Trânsito preocupa - Vitória está também se organizando para a Revisão do Plano Diretor Urbano aprovado em 1994. O trabalho será realizado pelo Comitê de Planejamento Urbano do Município, com assessoria do Instituto Pólis, de São Paulo. Atualmente, o Comitê está em processo de organização interna, definição da metodologia e capacitação de pessoal.

Uma equipe técnica formada por Arquitetos está levantando informações para elaboração de um diagnóstico urbano que irá contribuir para a revisão

do Plano Estratégico da Cidade, conhecido como Agenda XXI, onde constam as diretrizes de desenvolvimento da cidade. Este trabalho está previsto para ser concluído em março de 2003.

Segundo Margareth Saraiva Coelho, sub-Secretária de Gestão Urbana "com a revisão da Agenda XXI finalizada, vamos levar a discussão do PDU para a sociedade".

Demilson Guilherme Martins, Engenheiro Civil representante do CREA-ES no Conselho Municipal do Plano Diretor, afirma que o tempo ideal para revisão do PDU seria em intervalos de 5 anos, ao invés dos 10 anos. Ele acredita que o maior problema dos municípios hoje seja o trânsito, devido ao aumento anual da frota de veículos

O município de Vila Velha espera concluir a Revisão do Plano Diretor Urbano até o final de 2003 e encaminhá-lo para Câmara Municipal. "O PDU é de 1990 e não atende mais às demandas do município", afirma Érica Cristine Kneib, Diretora do Departamento de Planejamento Urbano de Vila Velha.

A revisão do PDU de Vila Velha contará com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a previsão é de que no início de 2003 comecem as primeiras reuniões com a comunidade.

Sinuosidades do direito autoral

Os profissionais que atuam nas áreas artísticas, intelectuais ou científicas costumam discutir com frequência a questão do direito autoral sobre suas obras. Já no meio de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, esse não é um tema muito comentado, apesar da grande importância desta ferramenta que assegura os direitos dos autores sobre uma obra intelectual.

A proteção ao direito autoral é prevista na Constituição Federal e em legislações como a que regula as atividades dos Engenheiros, Agrônomos e Arquitetos e a Lei de Direito Autoral.

Segundo a assessora jurídica do CREA/ES, Marlúcia Oliveira Santos, o direito autoral é regulamentado pela Lei 9610/98 (artigo 7º, inciso 10) que especifica as obras protegidas, inclusive aquelas relacionadas às profissões da área tecnológica. Essas obras são os projetos, esboços e obras plásticas relativas à Geografia, Engenharia, Topografia, Arquitetura, Paisagismo, Cenografia e Ciência.

Outra matéria que trata do assunto é a Lei 5194/66, que regula o exercício das profissões. Ela diz em seu artigo 17 que os direitos de autoria de um plano ou projeto de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia são do profissional que os elabora.

Mas como um profissional dessas áreas pode registrar sua obra intelectual? As normas para esse registro estão na Resolução 453/2000 do CONFEA. Apesar disso, muitas dúvidas acabam ocorrendo entre os profissionais.

Uma delas diz respeito aos projetos de Arquitetura. Um profissional que é contratado, por exemplo, para elaborar um projeto para um edifício pode registrar sua idéia como direito autoral. No entanto, a Lei 9610 considera, para efeitos legais, apenas os bens móveis. Isso quer dizer que, com a obra pronta, o proprietário do imóvel poderá reformá-lo e modificar os traços do projeto original.

"O direito de propriedade se sobrepõe ao direito autoral em casos de bens imóveis e as mudanças feitas pelo proprietário não são uma violação de direito autoral", explica Marlúcia. Já o profissional contratado para alterar o projeto original deve, em respeito ao Código de Ética Profissional, comunicar a mudança ao autor do projeto original, não prejudicando assim os interesses do profissional.

Marlúcia ressalta que, em casos de projeto arquitetônico alterado durante a execução ou após a obra pronta, o autor do original

pode repudiar a autoria do projeto sem o seu consentimento. Em casos de violação de projeto, o autor deve denunciar o profissional à Comissão de Ética do CREA.

O direito autoral é uma propriedade intelectual do seu autor, mas não pode ser confundido com patente. Segundo o diretor do Instituto Nacional de Propriedade Indus-

trial, Luis Olavo Beaklini, patente é um título de propriedade temporária sobre uma invenção que seja aplicável no ramo da indústria. "Um projeto arquitetônico não pode ser patenteado pois, por mais bem elaborado que seja, não é uma invenção, mas uma criação", ressalta Beaklini.

(ALESSANDRA FORNAZIER)

RESOLUÇÃO Nº 453, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2000

Estabelece normas para o registro de obras intelectuais no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e Considerando que estabelecem os arts. 19 e 20 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998;

Considerando que a Lei nº 9.610, de 1998, contempla o CONFEA como órgão incumbido do registro para segurança dos direitos do autor de obra intelectual;

Considerando a necessidade de serem expedidas normas para o registro de obra intelectual na sua área de competência;

Considerando a necessidade de valorização da produção intelectual dos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia e afins;

Considerando que a Unidade Fiscal de referência – UFIR foi extinta em 26 de outubro de 2000, por meio da Medida Provisória nº 1973-67;

Considerando que o valor cobrado para registro e publicação de obras intelectuais não está cobrindo os gastos com publicação no DOU - Diário Oficial da União,

RESOLVE:

Art. 1º Os autores de projetos, esboços e obras plásticas concernentes à Engenharia, Arquitetura, Agronomia e demais profissões afins, poderão efetuar o seu registro no CONFEA, para efeito de segurança de seus direitos.

Art. 2º Quando o registro for requerido por pessoa jurídica, esta deverá juntar ao seu requerimento uma declaração de cessação de direitos patrimoniais, subscrita pelo autor ou pelos autores da obra, quando for o caso.

Parágrafo único. O registro de obra pode ser requerido pelo autor ou por meio de representante com poderes especiais.

Art. 3º O CONFEA poderá recusar o registro de obras intelectuais mencionadas no art. 1º da presente Resolução se, por sua natureza, comportarem registro em outro órgão com que mantenham maior afinidade.

Art. 4º A responsabilidade decorrente do registro é exclusiva dos profissionais ou pessoas jurídicas que o requererem.

Art. 5º O pedido de registro da obra deverá ser dirigido ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, por meio dos CREAs, mediante requerimento com indicação de:

- I – nome completo ou razão social do requerente;
- II – qualificação, residência e sede ou endereço do requerente;
- III – número da patente e data da publicação, quando houver; e
- IV – sistema de reprodução que houver sido empregado.

Parágrafo único. O requerimento, instruído com dois exemplares da obra ou das respectivas fotografias perfeitamente nítidas, conferidas com o original, com dimensões mínimas de 0,18m X 0,24m, deverá ser autuado e encaminhado pelo CREA ao CONFEA.

Art. 6º Deferido o registro, por decisão do Presidente do CONFEA, este será lavrado em livro próprio, aberto e encerrado por este ou por pessoa expressamente designada, contendo:

- I - o número de ordem;
- II - a descrição da obra com suas características;
- III - os esclarecimentos necessários à identificação da obra;
- IV - a data do registro; e
- V - a assinatura da pessoa encarregada pelo registro.

Parágrafo único. Efetuado o registro, dele será extraído o respectivo traslado, que será enviado ao CREA para entrega ao interessado, juntamente com a via do exemplar ou fotografia.

Art. 7º O registro de obra intelectual e seu respectivo traslado serão gratuitos, com as seguintes ressalvas:

I - correrão por conta do requerente as despesas provenientes de publicação no DOU, extração de certidão de registro e outras que se fizerem necessárias;

II - o requerente deverá recolher, a título de registro e publicação, o valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), em nome do CONFEA, mediante depósito no Banco do Brasil S/A, Agência 0452-9, conta corrente 193.227-6, anexando o comprovante de recolhimento ao requerimento de registro da obra;

III - não serão acatados pelo CONFEA requerimentos sem o comprovante de depósito bancário referido no parágrafo anterior; e

IV - o CONFEA deverá manter os CREAs permanentemente informados sobre a agência bancária e o número da conta corrente em que o requerente deverá efetuar o respectivo depósito.

Art. 8º A certidão de registro da obra intelectual, assinada pelo encarregado do mesmo e autenticada pelo Presidente do CONFEA, conterá transcrição integral do termo, o número de ordem do registro, do livro e a data em que o registro foi efetuado e publicado.

Art. 9º O registro da obra intelectual será publicado no DOU.

Art. 10. Os registros efetuados nos CREAs, por força do art. 23 da Lei nº 5.194, de 1966, até a data da publicação da presente Resolução, ficam com validade assegurada.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2001.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 2000.

DP redistribui competências Projetuais

A C.E.E.C. informa aos profissionais de Engenharia Civil que, através da Decisão Plenária nº 034/2001-CREA/ES, acordaram as Câmaras Civil, Arquitetura e Elétrica que: Engenheiros Cívicos e Arquitetos (atribuições previstas no art. 7º e 2º, respectivamente, da Resolução 128/73) poderão projetar, executar e registrar para fins de acervo técnico as instalações elétricas de baixa tensão e instalações telefônicas, nos limites estabelecidos até 400 m² de área construída.

Revestimentos cerâmicos

ENG.º. EDUARDO L. CALHAU *

Os revestimentos cerâmicos são largamente utilizados no Brasil, especialmente nas fachadas das edificações, com objetivos estéticos e para manter o aspecto novo ao longo dos anos, além de proporcionar baixo custo de manutenção.

Entretanto, a não utilização de procedimentos normalizados em sua execução pode resultar em um produto final sem garantia da qualidade, contribuindo para o aparecimento de patologias precoces.

A elaboração de projeto de revestimento e o controle de procedimentos na obra pode evitar:

- desperdício com perdas de materiais;
- necessidade de recuperação de serviços acabados a um custo elevado;
- perda de credibilidade da empresa executante do serviço;
- ações judiciais para reparação de danos.

A seguir aborda-se, parcialmente, algumas etapas de execução de revestimentos cerâmicos do artigo publicado na revista "Engenharia Ciência & Tecnologia"¹.

O procedimento inicial é a execução do chapisco como ponte de aderência para o emboço, que deve ter o traço 1:3 de cimento Portland e areia grossa. A argamassa para emboço de revestimento externo deve ser executada com traço variando de 1:1/2:5 a 1:2:8 de cimento, cal hidratada e areia média, conforme recomendação da norma NBR 13755/96.

Tanto nos emboços internos e externos, as condições de execução e os procedimentos, conforme NBR 7200/98, são de fundamental importância para a qualidade requerida, e, para estarem aptas a receberem um revestimento cerâmico, devem atender à resistência de aderência à tração, Tabela 1, recomendada pela NBR 13749/96. Observa-se que a norma estabelece uma resistência mínima, logo as recomendações de traço devem ser avaliadas com critério, pois dependem de outros fatores como as condições de cura, o tipo de cimento, agregados e os procedimentos de execução (ver tabela 1).

Dentre esses cuidados a cura pode ser, em determinadas situações, extremamente relevante, especialmente para o chapisco com traço recomendado em volume 1:3 de cimento e areia grossa.

Devido à pouca espessura dos chapiscos, favorecendo uma rápida desidratação em meio ambiente desfavorável, o uso de cimentos pozolânicos e de alto-forno, que têm reações mais lentas para formação de produtos cimentantes, como o C-S-H (silicato de cálcio hidratado), são mais sensíveis à ausência de cura nos primeiros dias.

Prevenindo condições desfavoráveis

de cura, a NBR 7200/98 recomenda que, sob essas condições, se faça uma proteção da ação direta do sol e do vento para que se mantenha a umidade da superfície do chapisco no mínimo por 12 horas após sua aplicação.

Outro cuidado é com o assentamento das placas cerâmicas. Placas com área menor que 400 cm² devem ser assentadas sobre argamassa espalhada e penteada com desempenadeira com dentes de 6 mm x 6 mm x 6 mm, em ângulo de 60°, sempre em pequena superfície para não provocar a formação de película (início de secagem) que está associado ao tempo em aberto da argamassa e das condições climáticas do local. Para placas com área maior ou igual a 400 cm², e menor que 900 cm², muda-se o procedimento, da mesma forma para placas com área superior a 900 cm².

Observa-se, portanto, que o futuro dos revestimentos cerâmicos passa pela certificação de qualidade das empresas construtoras, em especial as certificadas pelo Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade na Construção Habitacional, PBQP-H, evitando-se os erros recorrentes que possam desestimular a utilização de um produto tão nobre.

Tabela 1 – Limites de resistência de aderência à tração para emboço e camada única, NBR 13749/96

Local	Acabamento	Ra (MPa)
Parede interna	Pintura ou base para reboco	≥ 0,2
	Cerâmica ou laminado	≥ 0,3
Parede externa	Pintura ou base para reboco	≥ 0,3
	Cerâmica	≥ 0,3
Teto	Pintura ou base para reboco	≥ 0,2

¹ CALHAU, E. L. Procedimentos para execução de revestimentos cerâmicos. Revista Engenharia, Ciência e Tecnologia, Vol. 04 – n.º 5 set/out/2001 – Vitória.

* Eng.º Civil, Mestre em Engenharia Civil, Subsecretário de Obras da Prefeitura de Vitória, E-mail: calhau@vitoria.es.gov.br